



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM**  
PODER LEGISLATIVO

PROCESSO: 023/2010

DATA: 25/11/2010

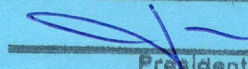
ATORIA: Ver. Cezar Augusto Caldart

PEDIENTE: Projeto de Lei Legislativo 023/2010

MENTA: DISPÕE SOBRE SACOLAS PLÁSTICAS  
UTILIZADAS PELOS ÓRGÃOS DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
DIRETA E INDIRETA E PELOS  
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS,  
INDÚSTRIAS E PRESTADORES DE SERVIÇO NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ERECHIM.

Câmara Municipal de Erechim  
ARQUIVADO

Sessão: 30 / 12 / 2010

  
Presidente

DISTRIBUIÇÃO

Protocolo  
25/11/2010

Leitura em Plenário  
29/11/2010

PARECERES DAS  
COMISSÕES

(X) Justiça e  
Redação

Parecer:

(X) Desenvolvimento  
Social

Parecer:

( ) Desenvolvimento  
Econômico,  
Finanças e  
Orçamento

Parecer:





Estado do Rio Grande do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Erechim  
ARQUIVADO

Sessão: 30 / 12 / 2010

Presidente

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 023/2010

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

“ Dispõe sobre Sacolas Plásticas utilizadas pelos  
Órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e pelos  
estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços no  
âmbito do Município de Erechim “.

amento Interno desta Casa, encaminha  
para tramitação legal o presente Projeto de Lei, que “ Dispõe sobre  
Sacolas Plásticas utilizadas pelos Órgãos da Administração Pública  
Municipal direta e indireta e pelos estabelecimentos Comerciais, Industriais e  
Prestadores de Serviços no âmbito do Município de Erechim “.

Câmara Municipal de Erechim

PROTOCOLO

Recebido em 22 / 11 / 10

Secretaria Geral

### 1 – Mensagem de Encaminhamento

### 2 – Projeto de Lei

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2010.

### 3 – Justificativa

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2010.

Caldart, Cezar Augusto

Ver. Vice-Presidente

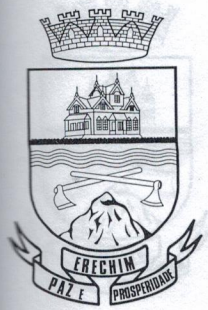
Bancada - PR

Caldart, Cezar Augusto

Ver. Vice-Presidente

Bancada - PR





Estado do Rio Grande do Sul

**CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM**

PODER LEGISLATIVO

FLs. 02  
1008

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 023/2010

## **MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO**

“Dispõe sobre Sacolas Plásticas utilizadas pelos Órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e pelos estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços no âmbito do Município de Erechim”.

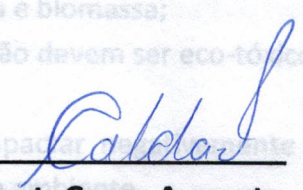
O Vereador abaixo assinado, devidamente amparado pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa, encaminha para tramitação legal o presente Projeto de Lei, que “ **Dispõe sobre Sacolas Plásticas utilizadas pelos Órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e pelos estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços no âmbito do Município de Erechim** ”.

Parágrafo único – Entende-se por embalagem plástica oxio-biodegradável aquela que apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxicos.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2010.

Art. 2º - As embalagens devem atender aos seguintes requisitos:

- I – Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período de tempo especificado;
- II – Biodegradar tendo como resultado CO<sub>2</sub>, água e biomassa;
- III – Os produtos resultantes de biodegradação não devem ser eco-tóxicos ou danosos ao meio ambiente;
- IV – Plástico, quando compostado, não deve impactar a qualidade do composto, bem como do solo.

  
**Caldart, Cezar Augusto**

**Ver. Vice-Presidente**

**Bancada - PR**

Art. 3º - Os responsáveis pelas compras nas diversas Unidades da Administração Municipal, devem fazer constar nos editais de licitação, exigências para que os fornecedores atendam o especificado no presente decreto.





Estado do Rio Grande do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

FLs. 03  
002

### PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 023 /2010

**“Dispõe sobre Sacolas Plásticas utilizadas pelos Órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e pelos estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços no âmbito do Município de Erechim”.**

**Art. 1º** - Os Órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, devem utilizar para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo, embalagens plásticas oxi-biodegradáveis – OBP’S, quando estas embalagens possuírem características de transitoriedade.

**Parágrafo único** – Entende-se por embalagem plástica oxi-biodegradável aquela que apresente degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismos e que os resíduos finais não sejam eco-tóxicos.

**Art. 2º** - As embalagens devem atender aos seguintes requisitos:

- I – Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período de tempo especificado;
- II – Biodegradar tendo como resultado CO<sub>2</sub>, água e biomassa;
- III – Os produtos resultantes de biodegradação não devem ser eco-tóxicos ou danosos ao meio ambiente;
- IV – Plástico, quando compostado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

**Art. 3º** - Os responsáveis pelas compras nas diversas Unidades da Administração Municipal, devem fazer constar nos editais de licitação, exigências para que os fornecedores atendam o especificado no presente decreto.

**Art. 4º** - Os recipientes receptores de lixo das unidades da Administração Pública Municipal, devem se adequar e passar a utilizar embalagens de acondicionamento de plásticos oxi-biodegradáveis.

*Caldo*





Estado do Rio Grande do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

FLs. 04  
1008

**Art. 5º** - Os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, terão prazo de 01 (um) ano a contar da data de publicação desta Lei para substituir as sacolas comuns pelas biodegradáveis.

**Art. 6º** - Esta Lei restringe-se às embalagens fornecidas pelos estabelecimentos, excetuando-se, portanto as embalagens originais das mercadorias.

**Art. 7º** - Os estabelecimentos de que trata a presente Lei, ficam obrigados a fixarem placas informativas junto aos locais de embalagens de produtos e caixas registradoras, no prazo de 02 (dois) anos após a entrada em vigor da presente Lei, com as seguintes dimensões e dizeres:

I – dimensões : 40 cm x 40 cm

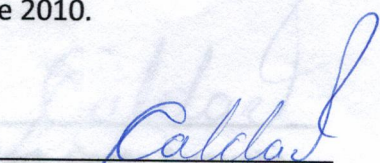
II – dizeres : “ Sacolas plásticas convencionais dispostas inadequadamente no meio ambiente levam de 100 a 500 anos para se decompor. Colaborem, descartando-as sempre que necessário, em locais apropriados à coleta seletiva. Traga de casa a sua própria sacola ou use sacolas reutilizáveis”.

**Art. 8º** - O Poder Executivo incentivará as Empresas que vierem a se instalar ou instaladas, a buscar novas resinas derivadas da produção de petróleo ou composições químicas que levem a produção de novas embalagens e sacolas não poluentes (biodegradáveis).

**Art. 9º** - Os estabelecimentos que descumprirem esta Lei serão notificados para em 30 (trinta) dias efetuar a substituição. Corrido o prazo e não cumprida a Lei, terão o Alvará de funcionamento suspenso enquanto não substituírem as sacolas e embalagens.

**Art. 10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2010.

  
Caldart, Cezar Augusto  
Ver. Vice-Presidente  
Bancada – PR





Estado do Rio Grande do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

FLs. 05  
1008

### JUSTIFICATIVA

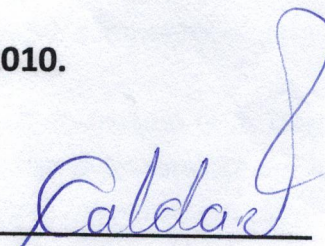
GABINETE DO VEREADOR MARCELO DENOLINER - PP

A preocupação com o meio ambiente está se tornando imperativa para a sobrevivência da humanidade. O plástico comum demora cerca de 500 anos para ser degradado e absorvido em ambiente natural. Esse tipo de material causa diversos transtornos quando dispensado no solo, entupindo esgotos e córregos, causando enchentes e outros problemas. A substituição do material comum pelo oxibiodegradável é um passo para amenizar a poluição.

Essa é uma tendência que vem crescendo em vários pontos do país, dando o impacto ambiental causados pelo descarte das tradicionais sacolas plásticas, que demoram até 300 anos para serem decompostas na natureza. O plástico oxibiodegradável está ganhando força no mercado, pois seu processo de decomposição demora apenas 18 meses, tempo bem menor que o das sacolas tradicionais. A nova opção custa, em média, 10% a mais do que a atual e a diferença de custo é visto pelos empresários como um investimento também em marketing. “Espero que todos possam ver essa inovação pelo prisma de um avanço ambiental e que ao redor o sistema, não só o meio ambiente ganhará, mas as empresas também, o cliente se sente bem ao comprar num local que dê bom exemplo, principalmente na questão ambiental”

Ao  
Ilmo. Sr.  
Narciso Paludo  
M.D. Assessor Jurídico  
Nesta Cidade

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2010.

  
Caldart, Cezar Augusto  
Ver. Vice-Presidente  
Bancada - PR





Estado do Rio Grande do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

EXMO. SR. VEREADOR  
MARCELO DEMOLINER

### **GABINETE DO VEREADOR MARCELO DEMOLINER - PP**

Projeto de lei legislativo nº 023/2010

Determina uso de sacolas oxio-biodegradáveis

Of. 043/2010 -Gab.M.D.

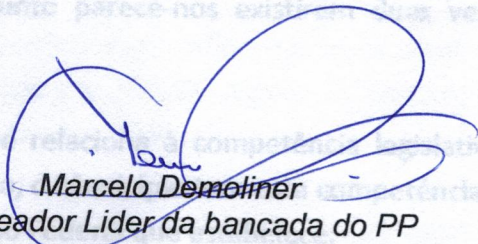
Erechim, 30 de novembro de 2010

**Prezado Narciso Paludo,**

Venho por meio desta, solicitar análise Jurídica referente à Projeto de Lei Legislativo nº 023/2010 que "Dispõe sobre Sacolas Plásticas Utilizadas Pelos Órgãos da Administração Pública Municipal ..."

Sem mais para o momento, renovo meus votos de estima apreço.

Cordialmente,

  
Marcelo Demoliner  
Vereador Líder da bancada do PP

Ao  
Ilmo. Sr.  
Narciso Paludo  
M.D. Assessor Jurídico  
Nesta Cidade





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

EXMO. SR. VEREADOR

MARCELO DEMOLINER

Projeto de lei legislativo nº 023/2010

Determina uso de sacolas oxi-biodregadáveis

É remetido, pelo nobre Vereador, à Consultoria da Casa, o Projeto de Lei Legislativo Nº 023/2010, para parecer.

O Projeto estabelece a obrigatoriedade de os Órgãos da Administração Municipal direta, indireta e estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços, no âmbito do Município de Erechim, a utilizarem embalagens plásticas oxi-biodegradáveis para os acondicionamentos de mercadorias, produtos em geral e lixo, bem como prevê a fiscalização a ser efetuada pelo Município.

Sobre o assunto parece-nos existirem duas vertentes a serem analisadas:

A primeira se relaciona à competência legislativa municipal em relação à matéria, e no aspecto, o Município tem esta competência com amparo no art. 23, Inciso VI da Constituição Federal que estabelece:

**“ Art. 23 – É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:**

**VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;”**

A Constituição Federal, segundo entendemos confere ao Município, bem como aos outros Entes da Federação competência para legislar sobre a matéria.

Também, há de se salientar que leis do mesmo teor, criadas, em outros Municípios ou Estados estão sendo questionadas judicialmente em razão da competência legislativa, tendo sido concedidas medidas liminares, em alguns casos, suspendendo a sua vigência.

Lei editada pelo Município do Rio de Janeiro, sofreu liminar suspendendo seus efeitos, e hoje se encontra no STF para julgamento definitivo.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

O argumento mais importante da arguição da inconstitucionalidade se relaciona exatamente à competência legislativa do Município sobre a matéria, sustentando que a competência é exclusivamente da União, por tratar-se de fato que ocorre em todo o território nacional e não somente num Município.

O STF ainda não se manifestou sobre a ADIN, o que deverá pacificar o assunto, a partir do que se terá segurança jurídica na criação de leis, neste aspecto.

Entendido o Município com a capacidade para se legislar sobre a matéria, deve-se efetuar análise da competência legislativa para propor o projeto de lei.

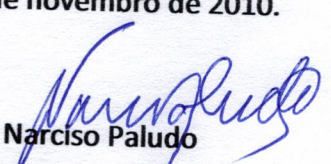
Entendemos, que no momento que o projeto prevê a fiscalização pelo Município, notadamente diante do volume de ações necessárias, pois são centenas de estabelecimentos a serem fiscalizados, ocorre violação ao princípio da separação, independência e harmonia entre os poderes, uma vez que o projeto impõe normas procedimentais ao Executivo Municipal, ferindo assim, o art. 61 da Carta Maior.

Deste modo, embora entendido o projeto constitucional quanto à capacidade legislativa do Município, manifestamos o entendimento de que o mesmo encontra óbice, sendo inconstitucional, no aspecto da iniciativa, e apresenta vício de origem insanável, podendo ser vetado pelo Prefeito, e salienta-se que a não aplicação do veto não elimina o vício formal, podendo ser objeto de arguição de inconstitucionalidade por outras entidades reconhecidas legalmente com esta capacidade.

Sugere-se, que o projeto, por louvor à matéria tratada, seja remetido ao Poder Executivo como Projeto de Lei sugestão.

É Sr. Vereador, o entendimento sobre o projeto, com o que, espera-se ter atendido a solicitação.

Erechim, 03 de novembro de 2010.

  
Narciso Paludo  
OAB-RS 15.136



RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM  
CEP: 99700-000 - ERECHIM - RS

{ 001 }-

Emissão: 25/11/2010

GUIA DE ENCAMINHAMENTO

Órgão: 1 - Secretaria

| Ao Órgão: 23 - Secretaria Geral

<>

Tipo Nº 023/2010 - 1

<>

Assinado por:

Joany Fraasselli

25/11/2010